

As raízes da Bolívia Plurinacional

CLAYTON MENDONÇA CUNHA FILHO

SORUCO SOLOGUREN, X. *Apuntes para un Estado Plurinacional*. La Paz: Vicepresidencia del Estado/Presidencia de la Asamblea Legislativa, 2011.

Os últimos anos têm feito da Bolívia um laboratório para os estudiosos da nação e dos nacionalismos. Após um progressivo renascimento das identidades indígenas que atingiu seu auge nos anos 1990 e permitiu pela primeira vez a eleição de um indígena à presidência, o país promulgou em 2009 sua nova Constituição. Nascia aí o Estado Plurinacional da Bolívia, artefato criado como tentativa de responder aos séculos de opressão e colonialismo (interno e externo) por que passaram os povos originários do país. Mas em que consiste a plurinacionalidade e em que ela pode diferir do multiculturalismo liberal, tão em moda no mundo e já vigente na própria Bolívia

desde a reforma constitucional de 1994? Poderá essa novidade constitucional finalmente dar conta da notória falta de correspondência entre o Estado boliviano e a complexa sociedade da qual ele se pretende síntese? É a esse tipo de questionamento que a socióloga boliviana Ximena Soruco Sologuren busca responder em seu recente livro *Apuntes para un Estado Plurinacional*.

A autora inicia sua argumentação com a apresentação de um aparente paradoxo: a oposição de direita ao governo de Evo Morales, nucleada ao redor da oligarquia do departamento de Santa Cruz, parte do diagnóstico de que existiriam duas bolívias, uma moderna e pujante no Oriente e outra atrasada, arcaica e miserável no altiplano ocidental para daí derivar a promoção de um regionalismo autonomista cujo discurso ideológico se estrutura

CLAYTON MENDONÇA CUNHA FILHO

Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ), ex-luperj.

como um subnacionalismo *crucelño* que em última instância lógica levaria à secessão.

A origem do tema das duas bolívias começara, porém, na verdade, como uma denúncia feita pelos setores subalternos, majoritariamente indígenas, das discriminações e explorações a que eram submetidos e foi um dos temas mais importantes a impulsionar as mobilizações de 2000-2005. Sua apropriação invertida pela elite desalojada do poder estatal é, para a autora, um sintoma da “desnacionalização” dessa elite pelo incontestável fracasso do seu projeto histórico de organizar a Bolívia como um Estado-nação moderno e ocidental. Embora a independência da república boliviana tenha sido fundada sobre a completa exclusão da maioria indígena do corpo de cidadãos, a elite que a governou sempre pretendeu, ainda que com inegáveis doses de hipocrisia, falar em nome de todo o país em termos universais, condição necessária para a imaginação nacional.

A autora identifica na história boliviana três momentos constitutivos da formação do Estado que carregam importantes consequências para a

refundação estatal hoje em curso: o processo da independência entre 1809-1825, a Guerra Federal de 1899 e a Revolução de 1952. Todos os três teriam sido conduzidos sob os moldes de um projeto crioulo, embora o segundo e principalmente o terceiro tenham contado com massiva participação popular e indígena. No caso da independência, essa característica é evidente com a importação de um modelo constitucional liberal que ignorava por completo as características particulares do país e excluía totalmente da vida cívica e política a maior parte da população. Essa exclusão se estendia à historiografia oficial que ocultava qualquer evidência de participação indígena nas lutas independentistas e reduzia as rebeliões anticoloniais de Tupac Amaru e Tupaj Katari a explosões irracionalis e à ameaça da guerra de raças cuja memória sempre pairou sobre o país como ameaça do aniquilamento crioulo.

Essa memória e esse medo coletivo teriam tido significativo impacto no momento constitutivo subsequente, a Guerra Federal de 1899, quando a ascendente oligarquia dos barões do estanho nucleada em La Paz

arrebatou a capital do país à decadente oligarquia da prata de Chuquisaca, mas para fazê-lo precisou romper o acordo tácito de exclusão indígena. A fim de vencer a guerra civil, as tropas do general Pando se aliaram ao líder aimará Pablo Zárate Willka sob promessas de respeito à autonomia das comunidades indígenas, recuperação de terras e combate ao sucessivo assédio que elas vinham sofrendo pela expansão das *haciendas* sobre terras comunais. Mas uma vez vencido o conflito intraelite, Pando traiu suas promessas e seus aliados e utilizou-se de um conflito entre indígenas e brancos em Mohoza para agitar a ameaça de sublevação indígena e guerra de raças e com isso reunificar as elites crioulas.

Segundo Soruco, o controle direto do Estado pela elite econômica dominante sempre foi vital na Bolívia por seu papel decisivo como fonte de acumulação econômica. Para ela, a situação *cruceña* de hoje se assemelha à da pré-Guerra Federal, com uma elite regional economicamente ascendente, mas sem o controle do Estado. A diferença seria que a memória da traição sofrida por Willka e o paulatino aumento da

participação indígena nos mecanismos republicanos durante o século XX fecharam substantivamente o caminho da manobra das massas em conflitos intraelites. Após a derrota de Willka e com o assédio cada vez maior às terras comunais, os indígenas bolivianos teriam passado a pautar sua atuação política por demandas ocasionais por educação nas comunidades, reconhecimento de títulos agrários concedidos à época da Coroa espanhola e proteção legal. Contudo, esse segundo momento do Estado começaria a implodir com o fiasco da derrota na Guerra do Chaco (1932-35), que projetaria uma nova intelectualidade de classe média que lutara no fronte ao lado de bolivianos das mais diversas regiões, muitos de origem indígena. Essa intelectualidade fundou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e passou a desenvolver e defender um novo projeto de Estado e nação concretizado após a Revolução de 1952.

Terceiro momento constitutivo fundamental do Estado na Bolívia para a autora, a Revolução foi efetivada pelas milícias populares de trabalhadores mineiros e ocupações de

terras promovidas pelos índios, mas sua direção ideológica e os moldes da sua institucionalização foram ditados pelo projeto do MNR de formação de uma burguesia boliviana modernizante e homogeneização nacional pela mestiçagem. Logo, o evento consolidou um importante horizonte de lutas nacional-populares e incorporou de vez a massa indígena ao corpo de cidadãos, rebatizando-os de camponeses, negando-lhes a condição étnica, mas garantindo-lhes direitos que serviram de base efetiva para as demandas e mobilizações posteriores. O projeto mais amplo de homogeneização nacional pela modernização capitalista de molde ocidental, no entanto, fracassou como atestam o ressurgimento étnico dos anos 1970 e a ampla permanência contemporânea de laços comunitários.

Segundo a autora, o processo de acumulação primitiva do capital no Ocidente dissolveu laços “primitivos” de sociabilidade e promoveu uma homogeneização social básica através do mercado, onde todos os cidadãos se igualavam formalmente como indivíduos inseridos na sociedade civil, da qual pôde partir a comunidade

nacional imaginada dos nascentes Estados modernos. Esse foi o grande objetivo do MNR, porém na Bolívia os laços comunitários persistiram de maneira ampla. A preservação de boa parte das comunidades indígenas originárias do pacto colonial espanhol, que em troca de taxaço e força de trabalho para as minas permitiu a preservação de muitas comunidades, inclusive reconhecendo linhagens de nobreza incaica entre elas, com os caciques servindo como representantes intermediários entre a Coroa e os comunários, gerou uma complexa sociedade *abigarrada*¹ à qual o Estado-nação crioulo homogêneo nunca conseguiu corresponder. Inserido no sistema-mundo ocidental de forma subalterna e dependente, o capitalismo boliviano sempre foi um capitalismo de enclave, primeiro com a prata, depois o estanho, por um breve período também a borracha, que muito

1 *Abigarrado*, em espanhol, seria traduzido em português como variegado, feito de retalhos justapostos. Trata-se de célebre conceito cunhado pelo sociólogo boliviano René Zavaleta, influência clara e citada pela autora para se referir à persistência dos diferentes tempos sociais e econômicos na Bolívia sem um amálgama homogêneo.

pouco encadeamento possuía com o restante da economia e da sociedade. A homogeneização básica pela subsunção ao capital sempre foi incompleta no país e a soberania do Estado sobre grande parte do seu território mais aparente do que real. Embora tenha avançado nesse sentido, o MNR foi incapaz de expandir o alcance da socialização pelo capital no país na magnitude necessária para viabilizar a nação mestiça que imaginou.

Na ótica de Ximena Soruco, a conjuntura que levou Evo Morales à presidência e possibilitou a convocação da Assembleia Constituinte que gerou o atual Estado Plurinacional seria o quarto momento constitutivo, alimentado pelos horizontes de lutas passadas nacional-popular, de soberania sobre os recursos e desenvolvimento, e indígena, de autonomia e autogoverno comunitário, e cujos alcances permanecem em aberto. A diferença básica entre o atual experimento e o paradigma do multiculturalismo liberal seria, para ela, que este reconhece as diferentes identidades dos cidadãos, buscando, no entanto, inscrevê-la dentro de uma lógica de equivalências

dessa diferença mediante participação como indivíduos no mercado e na sociedade civil. Na plurinacionalidade da nova Constituição, por sua vez, as diferenças não são reduzidas a nenhuma equivalência última pelo mercado ou pela primazia de algum sujeito específico qualquer.

Ao contrário do senso comum difundido segundo o qual a nova Constituição privilegia os sujeitos étnicos e representaria, portanto, um risco inerente de racialização da política, a autora destaca que o texto constitucional remete a soberania do poder estatal ao povo. E o define em seu artigo 3º como sendo “totalidade dos bolivianos e bolivianas, as nações e povos indígenas originários camponeses (PIOC), e as comunidades interculturais e afrobolivianas”, reconhecendo diferentes formas de representação e participação políticas, individuais e comunitárias, sem impor uma homogeneização inexistente. A própria designação de PIOC para se referir aos indígenas seria um reconhecimento da pluralidade interna do coletivo, negando a suposta etnização da política e não privilegiando nenhuma das suas

formas. Desse modo, a nação plurinacional boliviana se efetivaria através do Estado, que não mais seria o detentor de uma soberania a ele delegada, mas um mero articulador da soberania dos indivíduos e comunidades que compõem o povo, um administrador dos bens comuns para o melhor usufruto coletivo e cujo poder estaria permanentemente sob a ameaça de revogação pelo soberano em caso de corrupção dos seus objetivos.

Obviamente artigos constitucionais em si não garantem o êxito do experimento político conduzido pelo atual bloco histórico boliviano. Além disso, Soruco mesmo reconhece inexistir hoje uma teoria acabada do que seria a condição plurinacional ou um plano de ação concreto para sua implementação e que o experimento boliviano tem se construído de forma pragmática a partir de experiências históricas e da prática concreta do dia a dia. No entanto, conforme ela acredita, o texto constitucional de fato contém algumas chaves que já podem e devem ser analisadas e teorizadas pelo pensamento crítico.

Teorização para a qual seu livro inegavelmente aporta valorosas contribuições, por exemplo, ao desvelar as experiências concretas de que se nutre o atual processo político no país e como muitas das críticas mais pesadas ao experimento plurinacional são na verdade uma projeção-espelho do próprio acusador. Parte significativa da crítica pela direita, por exemplo, centrou-se na possibilidade de balcanização da Bolívia mediante constitucionalização das autonomias indígenas quando inexistente por parte de qualquer grupo indígena no país proposta alguma de separatismo, o que não pode ser dito, como visto, de setores da elite *cruceña*.

Em suma, a obra de Ximena Soruco constitui-se em leitura e ponto de partida obrigatório aos interessados pelo tema. Se não resolve – e nem poderia fazê-lo – o enigma da plurinacionalidade, seu livro aponta com maestria as raízes de que se nutre o experimento e que, se bem não determinam seus resultados futuros, apontam algumas das suas mais importantes condições de possibilidade.